

26 de março de 2021

Principais agregados das Administrações Públicas

2020

Principais Agregados das Administrações Públicas

O INE apresenta os dados dos principais agregados das Administrações Públicas (AP) relativos à estimativa preliminar anual de 2020, tendo como referência a base 2016 das Contas Nacionais Portuguesas.

A estimativa preliminar para o ano de 2020 revela que o setor das AP apresentou um saldo negativo (necessidade líquida de financiamento) de -11 501 milhões de euros, correspondente a -5,7% do PIB.

Apesar das circunstâncias determinadas pela pandemia COVID-19, o INE apela à melhor colaboração das empresas, das famílias e das entidades públicas na resposta às suas solicitações. A qualidade das estatísticas oficiais, particularmente a sua capacidade para identificar os impactos da pandemia COVID-19, depende crucialmente dessa colaboração que o INE antecipadamente agradece.

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010) e com as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas¹. Os dados apresentados são enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010² e são consistentes com a primeira notificação de 2021 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro seguinte apresenta os valores preliminares dos principais agregados das AP para o ano de 2020, discriminados por subsetor institucional.

QUADRO 1 – PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – DADOS PRELIMINARES

ANO: 2020

Unidade: Milhões de euro

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas S.13	Administração Central S.1311	Administração Regional e Local S.1313	Fundos de Segurança Social S.1314
OTE	Despesa total	98 088	72 626	13 087	29 125
OTR	Receita total	86 587	59 233	12 911	31 193
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-11 501	-13 394	-176	2 069

Nota: Para o total da despesa (OTE) e para o total da receita (OTR), a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do setor das AP, por efeitos de consolidação de algumas operações.

¹ Este documento está disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-19-007>.

² Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.

O setor institucional das AP registou uma necessidade líquida de financiamento de 11 501 milhões de euros em 2020, o que corresponde a -5,7% do PIB e que compara com uma capacidade de financiamento de 0,1% em 2019. Esta necessidade de financiamento teve origem principalmente no subsector da Administração Central e, com menor significado, na Administração Regional e Local, uma vez que o subsector dos Fundos de Segurança Social apresentou um saldo positivo.

Com efeito, o saldo da Administração Central agravou-se em 10 mil milhões de euros face a 2019, situando-se em cerca de -13 mil milhões de euros em 2020. Por seu turno, a Administração Regional e Local, que em 2019 havia registado um excedente de quase 600 milhões de euros, apresentou em 2020 um saldo negativo de 176 milhões de euros. O saldo dos Fundos de Segurança Social, apesar de positivo, deteriorou-se em 900 milhões de euros, regressando a um nível próximo do registado em 2018.

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das AP, tendo os dados relativos aos anos de 2019 e de 2020 naturezas provisória e preliminar, respetivamente.

QUADRO 2 – RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euro

Código da operação	Designação da operação	2019	2020
OTR	Receita total	91 161	86 587
	Receita corrente	90 486	85 776
	da qual		
D.2	Impostos sobre a produção e a importação	32 066	29 157
D.61	Contribuições Sociais	25 274	25 566
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	20 849	20 081
D.9	Receita de capital	676	811

A receita total das AP diminuiu 5,0% (cerca de 4,6 mil milhões de euros) entre 2019 e 2020, em resultado da diminuição de 5,2% na receita corrente, impulsionada sobretudo pelo decréscimo dos impostos sobre a produção e a importação (-9,1%), mas também dos impostos correntes sobre o rendimento e património (-3,7%), refletindo a forte redução da atividade económica em 2020. Pelo contrário, a receita das contribuições sociais registou um aumento (+1,2%).

A este respeito, importa referir que, devido às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições sociais tomadas no contexto da pandemia COVID-19, foi necessário efetuar um ajustamento adicional de modo a incluir os pagamentos futuros na receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento. Este ajustamento adicional traduziu-se num registo da receita fiscal de IVA em cerca de 236 milhões de euros superior ao efetuado em contabilidade pública, referentes às medidas de prorrogação de pagamento do IVA devido entre o final de 2020 e o início de 2021 e que constituem receita em 2020 na ótica de contas nacionais.

A receita de capital registou um acréscimo de cerca de 20%, em particular devido ao aumento das transferências de capital recebidas da União Europeia que, em parte, foram direcionadas para o financiamento de medidas de apoio às empresas e às famílias no contexto da pandemia COVID-19.

Na estrutura da receita, destaca-se, face ao ano de 2019 e na sequência da evolução descrita, o aumento da importância relativa das contribuições sociais (+1,8 p.p.), dos impostos correntes sobre o rendimento e património (+0,3 p.p.) e da receita de capital (+0,2 p.p.), por contrapartida do decréscimo da quota de impostos sobre a produção e a importação (-1,5 p.p.) que, ainda assim, se mantêm como a principal fonte de receita pública.

O quadro 3 apresenta os valores das principais componentes da despesa das AP para os anos de 2019 (estimativa provisória) e 2020 (estimativa preliminar).

QUADRO 3 – DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS *Unidade: Milhões de euro*

Código da operação	Designação da operação	2019	2020
OTE	Despesa total	90 984	98 088
	Despesa corrente	84 732	89 733
	da qual		
D.1	Remunerações dos Empregados	22 905	23 744
D.62	Prestações Sociais, exceto Transferências Sociais em Espécie	34 760	36 188
D.41	Juros	6 331	5 786
D.9+P.5+NP	Despesa de capital	6 252	8 355

A despesa total das AP registou um aumento de 7,8% entre 2019 e 2020, em consequência do acréscimo simultâneo da despesa corrente (+5,9%) e da despesa de capital (+33,6%).

Para o aumento da despesa corrente contribuiu principalmente o incremento de 4,1% das prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie, correspondente a 1,4 mil milhões de euros, e também o aumento de 3,7% das remunerações (+838 milhões de euros). Em sentido oposto, verificou-se um decréscimo de 8,6% na despesa em juros (-544 milhões de euros), mantendo a tendência decrescente que se vem observando desde 2015 (em 2014, a despesa com juros foi 8,4 mil milhões de euros e, em 2020, foi 5,8 mil milhões de euros).

O acréscimo na despesa de capital entre 2019 e 2020 (+33,6%) é em larga medida explicado pelo registo, como transferências de capital, do empréstimo da Direção Geral do Tesouro e Finanças à TAP Air Portugal no montante de 1,2 mil milhões de euros e da garantia do Governo Regional dos Açores ao financiamento obtido pela SATA Air Açores no montante de 132 milhões de euros, atendendo à situação económica e financeira das duas empresas. Também se inclui o registo da obrigação de pagamento de retroativos referentes a suplementos de férias não pagos a agentes da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, resultante de uma sentença de tribunal, no montante de 114 milhões de euros.

Cerca de metade do aumento verificado na despesa pública entre 2019 e 2020 traduz o impacto direto de medidas excecionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19, correspondentes a 3,6% da despesa pública total em 2020. Entre os encargos públicos com a pandemia, destacam-se a despesa em subsídios às empresas (2,2% da despesa total em 2020) e o apoio social às famílias (0,2%).

Estas variações conduziram a um aumento do peso relativo da despesa de capital no total da despesa das AP, de 6,9% em 2019, para 8,5% em 2020. A redução da importância relativa da despesa corrente no total da despesa foi determinada por variações negativas nas prestações sociais exceto transferências sociais em espécie (-1,3 p.p.), remunerações dos empregados (-1,0 p.p.) e despesa com juros (-1,1 p.p.).

O quadro 4 apresenta os saldos das AP para os anos de 2019 e 2020, mantendo-se a natureza provisória e preliminar dos dados de 2019 e de 2020, respetivamente.

QUADRO 4 – SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS *Unidade: Milhões de euro*

Código da operação	Designação da operação	2019	2020
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	177	-11 501
	Saldo corrente	5 753	-3 957
B.9 - D.41	Saldo primário	6 508	-5 715

Os dados preliminares relativos a 2020 revelam que o saldo global das AP se deteriorou em 11,7 mil milhões de euros entre 2019 e 2020, originando uma necessidade de financiamento de 11,5 mil milhões de euros em 2020 (-5,7% do PIB). Esta evolução negativa resultou, em simultâneo, de um acréscimo na despesa (+7,8%) e de uma redução na receita (-5,0%).

Tendo por referência a informação disponível à data incluída nos boletins de execução orçamental publicados mensalmente pela Direção-Geral do Orçamento, o impacto direto no saldo das medidas excecionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19 foi cerca de 2,3% do PIB

O saldo primário, correspondente ao saldo global líquido da despesa em juros, foi negativo (o que não acontecia desde 2014) em 5,7 mil milhões de euros.